() Isenção e/ou () Revisão () Redução

Documentos para isenção/redução de IPTU (requerer anualmente). (Fundamentação legal: Lei 6857 – Art. 125, incisos: V e VI) Prazo até (verificar)

(Requerer anualmente!) (***) Poderá ser exigida documentação complementar) – Lei 6857

1. Talão de luz em nome do requerente (outro documento não serve!!!) –
2. RG (identidade) do requerente (original ou cópia)
3. CPF do requerente (original ou cópia)
4. Comprovante de renda ou extrato de renda do INSS ou (D.C.B.) – retirar em seu banco/caixa eletrônico (declaração de crédito de benefício) do requerente e de seu cônjuge (se houver) – (original e cópia) – carteira de trabalho – CTPS (cópia inteira, com todos os contratos) inclusive a folha em branco seguinte ao último contrato.
 - 4.1) (Extrato bancário não é comprovante de renda) – comprovante de saque não é comprovante de renda
 - 4.2) Extrato de imposto de renda não é comprovante de renda
 - 4.3) CNIS do INSS não é comprovante de renda
 - 4.4) Ou declaração de renda de próprio punho – para quem não possui registro em CTPS
 - 4.5) Declaração de inexistência de benefícios ativos no INSS (quando não possuir holerite ou registro em CTPS). Esse documento é emitido no site “Meu INSS” ou diretamente na agência do INSS.
5. Documento do imóvel (registro, escritura, contrato de compra e venda)
6. Certidão de casamento (caso não esteja em nome do(a) requerente) (original e cópia)
7. Carnê de IPTU do ano corrente – internet
8. Atestado de óbito (para titular falecido)
9. Comprovante de inscrição do CADU – Cadastro Único do Governo Federal – (cadastro efetuado nos: Centros de Referência da Assistência Social – CRAS)

Casas com mais de 70,00 m² e até 140,00 m² para proprietário com mais de 65 anos ou portador de invalidez permanente – renda de até 2 s/m (dois salários mínimos – base oficial nacional)
(Proprietário com: até 140,00 m² e renda até 2 s.m.)

- a) Com deficiência mental ou invalidez permanente, devidamente comprovado pelo INSS ou por laudo médico do município; (Redação acrescida pela Lei nº 14886/2023)
- b) Que seja tutor, curador ou tenha sob a sua guarda ou responsabilidade, pessoa com deficiência mental ou portadora de transtorno do espectro autista (TEA), devidamente comprovado pelo INSS ou por laudo médico do município; (Redação acrescida pela Lei nº 14886/2023)